



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

Requeremos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, a realização de Audiência Pública, no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, para discussão sobre "**A política de moradia e os despejos na Cidade do Recife**" a ser realizada dia 13 de junho em formato híbrido, das 09h às 12h.

Da aprovação deste requerimento, encaminhe-se convocação às pessoas abaixo relacionadas:

-**Sr. Luís Henrique Lira**, Presidente da Autarquia de Manutenção Urbana do Recife (URB), e-mail: urb@recife.pe.gov.br

-**Sr. Hermes Costa**, Secretário de Habitação do Recife, e-mail: sehab@recife.pe.gov.br

-**Sra. Beatriz Menezes**, Secretária Executiva do Gabinete executivo do programa ProMorar, e-mail: beatriz.menezes@recife.pe.gov.br

JUSTIFICATIVA

No Recife, uma cidade com déficit habitacional de mais de 70 mil moradias de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social de 2018, entre os anos de 2013 e 2023, foram removidas cerca de 1700 moradias de áreas pobres da capital pernambucana, muitas delas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sem reassentamento, apenas com indenizações por benfeitoria, de acordo com Nota Técnica 04/2023 realizada por este mandato em conjunto pelo Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), a Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS), que integram a rede BrCidades, enquanto apenas 770 unidades habitacionais foram entregues pelo mesmo órgão no período. O que é





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

ainda mais grave, segundo o estudo, é que 27% das indenizações pagas pela Autarquia de Urbanização do Recife foram inferiores a R\$10 mil.

O déficit habitacional da Região Metropolitana do Recife é o terceiro maior entre as RMs do Nordeste, chegando a quase 97 mil moradias, no que se refere apenas a questões relacionadas a habitação precária, coabitação e ônus excessivo, não incluindo nesse número população em situação de rua, ameaçadas por desastres socioambientais e ameaçadas por despejo, sendo Pernambuco, neste último caso o segundo estado do Brasil com o maior número de famílias ameaçadas de despejo, totalizando mais de 43 mil famílias.

O crescimento urbano desordenado e a especulação imobiliária têm impacto no déficit habitacional. Em muitos casos, áreas que poderiam ser destinadas à construção de habitações de interesse social são ocupadas por empreendimentos comerciais ou residenciais de alto padrão, o que torna a moradia acessível ainda mais escassa para a população de baixa renda.

Por mais que este seja um tema que trabalhamos desde 2017, primeiro ano do primeiro mandato, ele continua sendo um dos principais problemas que se repetem ano após ano no Recife. Famílias sendo removidas em nome do progresso, com o recebimento de indenizações extremamente baixas, que não garantem o direito à moradia das pessoas.

Sabendo da relevância do tema e da obrigação do Poder Público de propor políticas permanentes e eficazes no combate ao déficit habitacional e garantia do direito à moradia, faz-se necessária a realização da Audiência Pública ora proposta.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 20 de maio de 2024.

IVAN MORAES
Vereador - PSOL

